



**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

Chayane Carolina de Jesus do Carmo

Iasmim Mayara Caetano Moura

Luamara Fabrino Dos Santos

Yara Faleiro

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
as práticas promotoras de igualdade racial desenvolvidas na educação
infantil**

**Belo Horizonte
2020**

Chayane Carolina de Jesus do Carmo

Iasmim Mayara Caetano Moura

Luamara Fabrino Dos Santos

Yara Faleiro

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
as práticas promotoras de igualdade racial desenvolvidas na educação
infantil**

Monografia apresentada à disciplina TCC
Orientação I (TCC II) como requisito para
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia pelo Centro Universitário Una.

Profa. Orientadora: Rosani Siqueira

Belo Horizonte

2020

RESUMO

Atualmente, percebemos o quanto práticas racistas e discriminatórias estão presentes no ambiente escolar. Esta pesquisa tem como objetivo compreender quais são as práticas pedagógicas aplicadas na educação infantil, que possam estimular as relações étnico-raciais, visando à promoção da igualdade racial, além de apresentar recursos e metodologias que são importantes para a construção de um ambiente igualitário. O método utilizado para a realização desta pesquisa foi a leitura de diferentes artigos, autores e leis que tratam do tema apresentado. Se fez notória no decorrer da pesquisa a importância do professor na formação da cidadania nas crianças da educação infantil, por meio de práticas pedagógicas que promovam o respeito ao multiculturalismo.

Palavras-chave: Racismo. Igualdade racial. Práticas pedagógicas. Papel do professor.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	08
2.1 A importância das relações étnicas raciais na construção da identidade da criança.....	08
2.2 As práticas pedagógicas de igualdade racial na educação infantil.....	12
2.3 Igualdade racial na educação infantil: o papel do professor.....	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE DADOS.....	19
3.1 Levantamento de obras estudadas.....	19
3.2 Análise de dados.....	20
3.2.1 Formação de Professores.....	21
3.2.2 Práticas pedagógicas.....	23
3.2.3 Currículo por prática comemorativa.....	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5 REFERÊNCIAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

O espaço escolar e a sala de aula são ambientes propícios para combater e falar sobre o preconceito, o racismo e a discriminação. Podendo despertar na criança, desde os anos iniciais, as diferenças e semelhanças entre os seus colegas, familiares e a comunidade como um todo. Diante desse fato, o ambiente escolar é o primeiro local institucionalizado que a criança tem acesso, tendo a oportunidade de aprender a conviver e a respeitar o outro. O papel do educador se faz de suma importância, realizando práticas pedagógicas que tenham como objetivo, ampliar o universo social e cultural dos educandos apresentando-os a diversidade.

Este trabalho teve como propósito a compreensão de quais são as práticas pedagógicas aplicadas na educação infantil, na perspectiva de dez professoras que procuram estimular as relações étnico-raciais, visando à promoção da igualdade racial, que são importantes para a construção de um ambiente igualitário. Descrever como as práticas pedagógicas de igualdade racial podem ser desenvolvidas sobre o ponto de vista dessas professoras na educação infantil, detectando o papel do professor diante do desenvolvimento das práticas pedagógicas de igualdade racial.

O que determinou a escolha deste tema foram experiências vivenciadas por nós como estudantes, vivências em locais de convivências públicas que geraram o questionamento em relação ao tema desta pesquisa, as quais são discutidas na atualidade. Sabemos que o racismo aversivo é uma prática de indivíduos que vai contra o racismo aberto, que são falas de ódio e rejeição explicitamente.

O racismo aversivo foi amoldado por Joel Kovel a fim de descrever de forma indireta comportamentos raciais sutis de qualquer grupo de etnias que torna mais racional seu repúdio a um grupo específico, recorrendo a regras e bordões (Dovidio & Gaertner, pág.62). Esse grupo que pratica o racismo aversivo podem professar a igualdade e negam que tenham atos racistas.

No entanto, podem mudar seu comportamento ao lidar com um membro de um grupo minoritário. Pensa-se que a motivação para a mudança seja implícita ou subconsciente. Tal

comportamento existente se torna assustador na maneira que essa prática é disfarçada. Procuraremos expor conceitos e experiências étnico-raciais que dividem diferentes opiniões e comportamentos na população. Nos dias atuais, a busca por igualdade tem tomado visibilidade e é discutida em diferentes contextos. Esta pesquisa procura deliberar essas questões, e destaca a importância de assuntos raciais a serem tratados na infância.

Podemos afirmar que o atual estudo aprofunda a compreensão e desperta o pensamento crítico, sendo benéfico e positivo para a comunidade estudantil. Como descreve Sant'Ana (2005): "preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação [...]. Ele pode ser definido também, como indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos." (SANT'ANA, 2005, p. 62).

O presente trabalho, avaliou os direitos da criança de uma educação igualitária, direito assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a implementação das práticas pedagógicas para que ocorra uma educação igualitária de forma coerente e completa. É importante ressaltar que existem leis que valorizam a diversidade étnica racial em diferentes grupos de pessoas que formam a sociedade. A partir desse estudo entendemos que não é uma tarefa fácil a educação para igualdade racial, as escolas por meio de sua equipe pedagógica, professores, gestores, direção, coordenação pedagógica, precisam fazer uma parceria com família e comunidade para que haja dentro da sala de aula uma melhor compreensão dos alunos sobre assuntos de diferenças étnico-racial e melhor entendimento da educação igualitária dentro da sala de aula. Como Norvez (1990), disse: "É de um novo espaço de vida, compartilhado com outras pessoas – crianças e adultos – que as crianças necessitam." (NORVEZ, 1990, p. 274).

Em nosso percurso acadêmico, como futuros profissionais da educação, percebemos a importância de aprofundarmos mais sobre o tema desta pesquisa, para termos um maior conhecimento e embasamento em nossa futura atuação docente. Neste contexto é importante que, como futuros docentes, possamos assumir nossa responsabilidade como formadores de cidadãos, na tentativa de combater o preconceito nas escolas desde a educação infantil. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e promotoras do combate a desigualdade, junto com

escola e sociedade, tentando assim fazer parceria com as famílias para que a educação igualitária ocorra de forma completa e eficaz.

Este trabalho visa à promoção da igualdade racial, por meio das práticas pedagógicas e das relações étnico-raciais. Podendo ser futuramente um referencial para aprimoramento das práticas pedagógicas, e para aperfeiçoamento da coordenação.

O Art. 7, inciso V, das Diretrizes curriculares da Educação Infantil aponta que as propostas pedagógicas devem estabelecer ligações com o rompimento de relações de dominação étnico-racial.

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: sensibilidade, criatividade, ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2013, p. 16)

Nesta perspectiva, as práticas pedagógicas têm o poder de desencadear nas crianças os conhecimentos ambientais, artísticos, científicos, tecnológicos e de patrimônio cultural construído socialmente, relativo à igualdade étnico-racial. Discutir as relações étnico-raciais não é apenas a luta contra o racismo, mas também, a consolidação da democracia, da promoção da cidadania e no reforço à igualdade social e racial. Em outras palavras, é importante para a sociedade, pois traz benefícios tanto pedagógicos, no que tange a uma visão mais afirmativa da diversidade étnico-racial, quanto político, na complexidade das relações de poder que marcam os diferentes segmentos da população. Nesse sentido, as DCNEIs dispõem em seu Artigo 8o, § 1º, determinam que as instituições e docentes da educação infantil evidenciam em suas propostas pedagógicas ações referentes ao tema.

As instituições de educação infantil devem garantir condições de trabalho para todos a organização de materiais, espaços e tempo e certificar que tudo está sendo cumprido. As crianças devem ter acesso adequado às contribuições históricas e culturais de diversas etnias como indígenas, afrodescendentes, asiáticos dentre outros.

Deve se fazer o reconhecimento e valorização, o respeito e convívio das crianças com as histórias e culturas afro-americanas, afro-brasileira e assim promover o combate ao racismo e qualquer tipo de discriminação.

Toda criança deve ser tratada com dignidade e protegida de qualquer tipo de agressão, seja ela física ou psicológica, sendo observado que está ocorrendo negligência dentro da instituição escolar ou no âmbito familiar, se faz necessário o encaminhamento para as autoridades competentes.

Neste sentido, acreditamos e reiteramos a importância e relevância de se desenvolver este trabalho de pesquisa que visa compreender quais são as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil, inseridas no contexto das relações Étnico-Raciais, que contribuem para a construção de um ambiente de igualdade racial, não com o intuito de atender apenas uma fração do segmento social, mas ver a igualdade étnico-racial como um todo, como uma total significância para a sociedade.

Para desenvolver esse estudo foram selecionadas professoras da educação infantil. Essas professoras responderão a um questionário composto por 6 perguntas disponibilizadas na ferramenta online Google Forms, das quais as respostas serão compiladas para análises posteriores. Decidimos por motivos pessoais, não identificá-las por nomes, mas sim por números de acordo com a sequência respondida na plataforma.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. A importância das relações étnicas raciais na construção da identidade da criança

O primeiro passo para compreender o que é relações étnico-raciais, é saber a diferença entre os termos “etnia” e “raça”. Neste sentido, “etnia” refere-se a um grupo de pessoas que consideram ter um ancestral comum e partilham da mesma cultura, religião, língua, tradições e visão de mundo, do mesmo território ou das mesmas condições históricas. O termo “raça” ainda é utilizado para informar determinadas características físicas e manifestações culturais (Brasil, 2010). Tais termos se concedem por meio de atributos ligados a seus hábitos e costumes culturais, tais como: a língua, a religião, a arte, os sistemas políticos, a economia, a visão do mundo, de sua história, de seus traços psicológicos coletivos. Sendo assim, são pessoas que integram a um grupo social coeso. Porém há uma discussão atual que reforça a ideia de que não há raças distintas, apenas uma única: a raça humana. As diferenciações

raciais, apenas justificam a classificação e a hierarquização entre as etnias. (MUNANGA, 2012). Portanto, as relações étnico-raciais é um termo usado para citar as relações concernentes de diversos tipos de cidadãos sodalícios¹, a fim de evitar o estorvo e a consulta dicotômica entre as definições de etnia e raça. Um grupo étnico-racial é formado por pessoas com semelhanças culturais ou biológicas, ou por ambas.

Para adentrarmos no teor das relações raciais no Brasil, algumas fundamentações devem ser expostas. Nesse sentido, Barbosa (2011), destaca alguns termos que tratam especificamente do campo teórico da educação das relações étnico-raciais, que são fundamentais para compreender e educar para as relações étnico-raciais.

Com base no que dispõem as fundamentações e as definições, é possível compreender o contexto social, cultural e intelectual das relações étnicos raciais. Cabe esclarecer que os termos raça e etnia, são bastante utilizados nas relações sociais no Brasil, como características físicas, crenças e posições socioeconômicas, que determinam o espaço social que o indivíduo pertence. É importante ressaltar que, os sujeitos são entendidos como seres diferentes, mas que pertencem e formam uma sociedade.

Nessa perspectiva a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), é considerada um marco na vitória de um movimento contra o preconceito, ao estabelecer o ensino da história e cultura afro-brasileiras no Brasil. Nesse caso, em se tratando das relações étnico-raciais, essa legislação coloca mudanças significativas na educação básica do Brasil, permitindo a democratização do currículo no ensino brasileiro contribuindo para mudanças nas práticas sociais e políticas dentro do universo pedagógico.

Por meio dessa lei partem orientações, princípios e fundamentos para planejamento, organização e execução das temáticas sobre conteúdos de cunho afro-brasileiro e africano na sala de aula. Isto, também, é uma forma de contribuir para o auxílio no diálogo da sociedade civil, os professores apresentam uma perspectiva histórica sobre as condições das crianças negras na educação ao longo da história. Tais mudanças irão trazer aceitação positiva e valorização da diversidade cultural, permitindo que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente.

¹ Cidadãos sodalícios: Sociedade de pessoas que vivem juntas ou tem algo em comum.

As relações étnico-raciais são relações imersas na diversidade e estabelecidas historicamente nos contextos de poder e nas gradações raciais brasileiras. Trata-se de vínculos desenvolvidos no processo histórico, social, político e econômico. Nos últimos anos, a reflexão sobre as relações étnico-raciais no ambiente escolar passou a ganhar um destaque crescente.

Ainda nesse contexto, percebe-se que as relações étnico-raciais, têm uma ligação importante nos primeiros anos de vida das pessoas, e isso ocorre com maior vigência na educação infantil. A Educação infantil de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) é um espaço ideal para trabalhar a implantação de novas propostas pedagógicas relacionadas à identificação de situações com cunho discriminatório e racistas. Ao enfatizar as relações étnico-raciais ainda na sua formação inicial, elas aprenderão a construir atitudes de aceitação e solidariedade, aumentando a autoestima e as conexões afetivas entre elas, combatendo as desigualdades. De acordo com o documento citado, nos objetivos gerais, nesse período da educação, deve-se assegurar que as crianças desenvolvam capacidades, entre elas a valorização da identidade racial da criança negra:

Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações; (...) · Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social; (...) · Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração; (...) · conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade. (BRASIL, 1998, p. 63)

Os objetivos propostos pelo RCNEI e a incorporação no trabalho cotidiano com as crianças, permite compreender o reconhecimento e o respeito à diversidade, partindo do conhecimento de si próprio e do lugar que se ocupa. Aceitar-se e compreender-se como pessoa só se converte em algo realmente significativo quando se considera que é impossível viver sozinho e que é na interação com o outro, num movimento de solidariedade e de constante troca, que a aprendizagem efetivamente se dá.

A identidade da criança é caracterizada pela extensão de convívio social, que vai da família, passa pela escola e demais espaços sociais. Esse grupo de convívio social proporciona a criança, durante a infância, a se conhecer, dando espaço de construir sua identidade com diversos gêneros, subjetividades, e etnias, relações essas que são de extrema importância para sua autoimagem.

Por direito, conforme determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), as crianças precisam sentir-se familiarizadas, respeitadas, independentes de crenças, religiões, e desde cedo precisam instruir - se a conviver com a diversidade no seu dia a dia, para promover a igualdade entre todos.

A educação infantil é o primeiro momento em que as crianças têm contato com pessoas de diferentes religiões, culturas e raça, por isso é importante que nessa fase abordem o assunto das relações étnico-raciais, pois, estão formando a sua própria identidade e o seu grupo social. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 325), nos primeiros anos da educação infantil, pretende-se que as abordagens com as crianças, sejam para aumentar os seus conhecimentos e afeição sobre seu corpo. Reconhecem, assim, que é necessário produzir conhecimento sobre os cuidados da saúde e integridade do organismo, desenvolvendo atitudes relacionadas à gentileza, ao respeito às diferenças individuais.

A formação da identidade de um sujeito se dá primeiramente a partir da socialização de diferentes raças, e partir dessa convivência em diversos grupos o sujeito começa a construção da sua identidade e autoimagem. Bento (2012) descreve que a identidade é construída por meio do corpo e na convivência com o outro. Nos primeiros anos de vida, são a mãe, o pai, a professora ou outros adultos que cuidam diretamente da criança. “Por meio do olhar, do toque, da voz, dos gestos desse outro, a criança vai tomando consciência de seu corpo, do valor atribuído [...], e construindo sua autoimagem, seu autoconceito”, (BENTO, 2012, p.112).

O adulto precisa transmitir com cautela para criança o respeito às diferenças étnicas raciais e a necessidade de uma convivência a diversidade de forma respeitosa. Bento (2012) relata que, “O estágio em que está o adulto, no que diz respeito a sua identidade racial e sua percepção sobre diferenças raciais, é elemento importante no cuidado com a criança” (Bento, 2012, p. 112). Portanto, a formação da criança no ensino infantil se torna fundamental para a formação do cidadão.

2.2. As práticas pedagógicas de igualdade racial na educação infantil

A educação infantil brasileira estabelece políticas educacionais, que se integram ao sistema de ensino; Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (LDB), Base Nacional Comum Curricular - (BNCC) e Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil – (DCNEI), são documentos que orientam na construção de um currículo escolar, por meio deste currículo é possível estabelecer o planejamento, objetivos, metodologia, recursos, tempo e espaço dentro da organização pedagógica.

A primeira infância vai do nascimento até os cinco anos de idade, nessa fase a criança é influenciada pelo meio em que está inserida, durante todo este período, seu processo de crescimento deve ser pensado como uma oportunidade de aprendizagem e deve ser mediado por um adulto e também pela escola. Em seu desenvolvimento, a criança vai à busca de sua identidade e desenvolve seu relacionamento com o outro por meio do brincar que é garantido a ela como direito.

O brincar é fundamental para a socialização da criança e sua autonomia, além do desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras, afetivas dentre outras. No brincar a criança expõe sentimentos, emoções, lidam com resolução de conflitos consigo e com o outro tudo isso através da ludicidade.

Portanto segundo (BRASIL, 1998, p.23). :

Brincar constitui-se, dessa forma, em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Também se tornam autoras de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em prática suas fantasias e conhecimentos, sem a intervenção direta do adulto, podendo pensar e solucionar problemas de forma livre das pressões situacionais da realidade imediata.

No decorrer de sua jornada na educação infantil a criança se insere em um coletivo diferente que o de seu convívio habitual e começa a conhecer seu próprio corpo, ficando assim notório a comparação de características físicas entre um colega e outro. Sendo assim elas passam a decidir com quem brincar e estabelecer seus vínculos demonstrando também favoritismo aos brinquedos que mais lhe agradam. O educador deve buscar práticas pedagógicas que promovam a diversidade racial dentro do seu grupo de alunos.

A prática pedagógica de acordo com (FRANCO, 2016) acontece na convivência aprofundada em uma instituição escolar, e cria base na vivência rotineira dos indivíduos. É uma prática construída e bem organizada com metodologias específicas para se alcançar objetivos. O autor afirma que a organização da sala de aula na educação infantil, os materiais disponíveis para as crianças, o tempo e as atividades desenvolvidas devem abranger toda a temática de diversidade racial. Uso de livros, contos infantis, filmes, instrumentos musicais e brinquedos, que abordam o tema. Assim como levar em consideração sua bagagem de conhecimento e a cultura encontrada em cada criança, é parte importante do processo educativo.

Uma prática pedagógica antirracista não deve, porém estar pautada somente em discursos dentro da sala de aula ou mesmo ser trabalhada somente quando próximo ao dia da consciência negra ou mesmo dia do Índio. Este tema precisa ser trabalhado de forma transversal e envolver toda a comunidade escolar. É de extrema importância que as crianças tenham nas escolas práticas pedagógicas que incentivam a convivência e percepção das diferenças culturais e raciais que compõem uma sociedade e ter consciência do seu papel como cidadão crítico e reflexivo diante de situações de distinções culturais e raciais.

Sendo assim, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (2013), que se formam como um grupo de fundamentos que ajuda a estabelecer limites relacionados aos princípios e aos procedimentos pedagógicos na educação infantil. Trata-se da formação de uma estrutura, dando base para competências e detalhamento de conteúdo. As Diretrizes Curriculares têm como objetivo principal garantir a autonomia da escola e as propostas pedagógicas, no intuito que montem seu currículo, de forma que possam abordar os conteúdos básicos diante das circunstâncias que lhes pareçam necessárias, de acordo com o perfil dos alunos que atendem, região e aspectos com maior relevância.

No sistema educacional acrescenta-se, também, a BNCC (2018), um documento norteador, que traça caminhos para a realização de práticas pedagógicas para trabalhar uma educação igualitária. Ela é o alicerce na composição da educação no sistema de ensino do Brasil, é o apoio que sustenta as redes de escolas públicas e privadas, a qual o objetivo é traçar caminhos de aprendizagens. Fazer escolhas relacionadas à cidadania, defender ideias, ponto de vista e

cuidar da saúde física/emocional, são aspectos ligados ao envolvimento e ao posicionamento em classe, que envolve, de modo claro, comportamentos individuais dos alunos.

A BNCC (2018) para a educação infantil trabalha com base em dez competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da jornada do aluno na educação infantil, essas competências são desenvolvidas por meio dos direitos de aprendizagem que consistem no: Conviver, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se e Brincar, sendo este último já falado anteriormente. Esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento são trabalhados dentro de cinco campos de experiências definidos como: O eu o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, cores, sons e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, cada campo norteia o aluno a certas habilidades que devem ser desenvolvidas acolhendo situações cotidianas de vivências dos alunos para as práticas pedagógicas dentro do ambiente escola.

Os Campos de Experiências constituem um arranjo curricular adequado à educação da criança de 0 a 5 anos e 11 meses quando certas experiências, por ela vivenciadas, promovem a apropriação de conhecimentos relevantes. A escola tem um papel importante na atribuição de sentidos às diversas situações concretas que as crianças vivenciam. Por isso, os campos de experiências acolhem as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte de nosso patrimônio cultural. (BRASIL, 2016, p.63)

Sendo a diversidade cultural e racial um tema transversal e que se relaciona com o indivíduo e sua relação com o meio em que vive e com o outro, o campo de experiência em que serão pautadas as práticas pedagógicas étnicas raciais, é o campo O eu, o outro e o nós, pois é na interação com o outro seja ele da mesma faixa etária ou não, que elas vão construindo o seu agir, pensar e sentir e é através da observação que percebem que existem pessoas diferentes, pontos de vistas diferentes e estereótipos diferentes, desenvolvendo assim a empatia e a boa convivência no meio coletivo.

A compreensão do professor para cada indivíduo no trabalho da coletividade é uma ferramenta essencial para construir a boa convivência. A vivência em comunidade requer empatia, a ação dessa palavra é capaz de transformar experiências em aprendizado, pois significa reconhecimento à fragilidade do outro, permitindo se colocar no lugar do outro. Quando a empatia se tornar um hábito, talvez, no futuro o mundo se torne um lugar melhor para se viver. Os professores naturalmente reconhecem como e quando aplicar intervenções

para seus alunos. Existem jogos, projetos e atividades que colaboram para o bom desenvolvimento da boa convivência em sociedade.

Existem diversas opções de materiais em que o professor pode desenvolver atividades ou práticas pedagógicas que proporcionem o conhecimento sobre diversas culturas às crianças. Atualmente encontramos um acervo variado de livros infantis que remetem a cultura africana e indígena, além de outras culturas. Dentre estes títulos temos **As Tranças de Bintou** (*Sylviane Diouf, 32 págs., Ed. Cosac Naify*), **Memórias de um Baobá** (*Elane Chaves, 34 págs. Ed. Flamingo Edições*), tais livros trazem a temática da cultura africana, como tipos diferentes de cabelos e penteados, vestimentas, comidas típicas, músicas e brincadeiras. Assim o professor pode trazer como material para sua didática e colocar em prática como parte do processo de construção do conhecimento dos alunos. Outra forma de inclusão das práticas pedagógicas é o de saber ouvir histórias sobre situações vividas cotidianamente contadas pelas próprias crianças, trazendo a democracia e o respeito pelas histórias um do outro. O trabalho com fotografias antigas de família também é bem vindo, no sentido de que sejam apontadas as diferenças e semelhanças entre a família e o quanto isso deve ser aceito e respeitado (Azibeiro,2003).

Portanto, é perceptível que as metodologias aplicadas, são significativas à comunidade escolar. Sendo assim, o professor deve tornar-se intermediador no ensino da diversidade e práticas étnico-raciais, estimulando o estudante a conhecer melhor as outras culturas que fazem parte da nossa sociedade e como elas foram desenvolvidas.

Deste modo, é necessário o envolvimento de professores e alunos, em conjunto com a comunidade, para que abordem assuntos sobre conceitos e valores que reconstruam pensamentos sobre os dias atuais. De acordo com Azibeiro (2003),

[...] a cultura hegemônica não domina inexorável e unilateralmente as demais, uma vez que, na trama complexa e termos com outras culturas, não permanece imune às influências e às mudanças de significados. [...] falar em diferenças culturais, portanto, remete a assumir uma postura de compromisso com a produção de espaços de exercício de uma cidadania plural. Tal perspectiva, em vez de tentar enquadrar todos os indivíduos num único estado de direito universal, quer possibilitar a criação de um campo de forças em que cada conjunto de significados pode eclodir e interagir. (Azibeiro, 2003, p.93)

Assim, a pluralidade cultural, como tema na educação, proporciona o enriquecimento nos conteúdos pedagógicos, e contribui para uma sociedade mais justa. Saber respeitar a diversidade em todos os aspectos, leva ao bom convívio social.

Percebe-se que ao percorrer a trajetória da busca por direitos iguais e a respeito das diversidades em geral, relativas à educação infantil, algumas documentações consideram a diversidade étnico-racial como o início da educação (Brasil, 1966), e criam orientações pedagógicas com condições definidas para que crianças possam apossar-se das contribuições culturais de diferentes povos (BRASIL,2009). É de grande importância compreender que a execução das práticas pedagógicas antirracistas pode vir a desenvolver nas crianças uma cultura de respeito recíproco, cultivando relacionamentos harmoniosos entre todos os grupos raciais. Pois, as experiências raciais atravessam o processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, a equipe pedagógica deve elaborar atividades que explorem esse novo mundo de diversidade que a criança é incluída. Os professores podem se aprofundar no conteúdo, levando para as escolas propostas direcionadas às práticas promotoras de igualdade racial. Através de documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Comum Nacional Curricular, é possível que o professor faça um bom planejamento sobre aulas, que tragam para os alunos uma maior reflexão sobre si, o outro e o nós, assim como trabalhar propostas incluindo as diversas culturas existentes, na intenção de promover um conteúdo igualitário e reflexivo sobre a diversidade que forma a sociedade.

2.3. Igualdade racial na educação infantil: o papel do professor

Podemos compreender que o papel do educador é de grande importância para a educação infantil, em relação às práticas de igualdade social, pois, a escola é o melhor ambiente para aprender que as diversidades devem ser tratadas com respeito. Diante disso, Trinidad (2011), reforça que, “a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo

outro.” (TRINIDAD, P. 1, 2011). Sendo assim, cabe ao professor da educação infantil tornar-se portador da igualdade social, promovendo um ambiente com equidade étnico racial:

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Em espaços educacionais, são lugares privilegiados para promover a eliminação de qualquer tipo de preconceito, racismo e discriminação. Ensinando para as crianças a compreender, valorizar e conhecer o valor dos diferentes grupos étnico raciais. (BRASIL, p. 1, 2003).

Diante disso, o papel do educador se faz de fundamental importância, pois, cabe ao mesmo, a realização das práticas pedagógicas, que ampliam o universo sociocultural das crianças, introduzindo-as em um contexto no qual o educar e o cuidar contemplem a diversidade. E tratando desse assunto na educação infantil, as crianças vão desenvolvendo uma aceitação e respeito um pelo o outro, aprendendo as diferenças que existem entre eles, seja de gênero, raça, religião, cultura, deficiência física, psicológica ou até mesmo por outro motivo. Esses valores trabalhados vão fazer com que as crianças se tornem futuramente cidadãos autônomos e conscientes, que irão respeitar as diversidades existentes.

As ações, gestos e falas do professor têm grande influência na formação de opinião, transformar a fala sobre respeito e igualdade em um hábito contribuirá significativamente na construção da visão de mundo da criança. É papel do professor conscientizar as crianças de que nossas raízes brasileiras são indígenas, negras e brancas, para que nossas crianças, desde a Educação Infantil, conheçam suas origens.

As crianças são de fato muito curiosas, e através dessa curiosidade irão descobrir vários assuntos, e com isso vão criando sua própria identidade. Então o educador, em seu papel, tem que estar bem atento para perceber diferentes aspectos nas falas e nas interações das crianças. Por meio dessas curiosidades, o professor poderá entender as compreensões acerca de conceitos ou de preconceitos já existentes entre eles.

Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto, é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (ESPIN, 2011, P. 1).

Conforme Espin (2011), na educação infantil as crianças começam a conhecer as diferenças e as semelhanças entre os colegas, percebem as próprias características e as dos outros, e a partir disto, através das convivências e das práticas trabalhadas em sala, as crianças podem estabelecer uma realidade relacionada ao pertencimento racial e as diferenças que os rodeiam.

Logo, o professor deve acolher e trabalhar com os alunos de forma equânime, e auxiliá-los no processo de ensino-aprendizagem, trabalhando práticas em sala de aula que utilize questões sobre as diferenças, para que os alunos possam questionar, conhecer e respeitar as diversidades.

Portanto, a rotina do trabalho de um professor vai além do que exigem as atribuições da função. O professor precisa atuar como um verdadeiro gestor em sala de aula; como mediador de conflitos e opiniões e acima de tudo, como exemplo de conduta para os seus alunos. A conduta do professor não deve ser tendenciosa. O tratamento deve ser igual para todos, chamando todos os alunos pelo nome, sem adjetivar ninguém em razão de suas características físicas.

As propostas interdisciplinares proporcionam maior diálogo e troca de experiências entre os docentes, produzindo novas práticas e criando estratégias inovadoras, promovendo assim relações de reciprocidade e junção das disciplinas. Levando a promoção e busca de novos conhecimentos sobre os conteúdos relacionados às etnias, às raças, às diferenças, os preconceitos, trazendo para a sala de aula outras culturas e histórias, motivando mudanças positivas no ambiente escolar. Candau (2003) relata que, "A escola sempre teve dificuldades em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneidade e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamado a enfrentar." (CANDAUI, 2003, p. 161).

Na educação, como docentes, pretendemos tornar os nossos alunos cidadãos que sejam críticos e reflitam sobre sua postura, transformando o ambiente escolar e a sociedade onde estão inseridos em lugares mais democráticos e igualitários. O MEC (Ministério da Educação) destaca que as "(...) Ações educativas construídas em relações sociais, étnico-raciais, desenvolvendo-se na articulação entre os conhecimentos científicos e culturais, valores éticos

e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, socialização e construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo” (BRASIL, 2004, p. 1).

Neste sentido, evidencia-se que os educadores precisam entender a necessidade de desenvolver mais assuntos e questões sobre o respeito, a valorização e o reconhecimento das diferenças, para que seja promovido o pleno desenvolvimento das crianças no que diz respeito às relações étnico-raciais. Cabe ao professor trabalhar com material de apoio, como, personagens, figuras, objetos que representem a realidade multiétnica e multicultural, independentemente das efemérides. É necessário também, que as escolas avancem com novas estratégias e ações para que novas práticas pedagógicas sejam efetuadas, valorizando como foco principal uma educação de igualdade étnico-racial. Portanto, a principal missão do professor é desenvolver cidadãos conscientes.

Todas as discussões apresentadas acima foram importantes para a análise das respostas das professoras entrevistadas, conforme passamos a discutir em seguida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE DADOS

3.1 Levantamento de obras estudadas:

Ao longo da história, a sociedade vem sendo construída por diversas relações étnico-raciais. Sendo uma forma de debatermos e trabalharmos em comunidade, como conviver com as diferenças e tentar combater o preconceito. Segundo Norvez (1990) “é de um novo espaço de vida, compartilhado - crianças e adultos - que as crianças necessitam.” (NORVEZ, 1990, p. 274)

Nossa pesquisa sobre relações étnico-raciais foi elaborada a partir de levantamento bibliográfico, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Neste trabalho os principais autores utilizados são: Sant’ana (2005); Barbosa (2011), Bento (2012), Trinidad (2011), Silveira, Nades e Dias (2007), Norvez (1990). Segundo Boccato (2006),

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção

lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p.266)

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, que envolve obter dados descritivos sobre o preconceito racial nas escolas, e quais práticas educativas a equipe pedagógica trabalha para levar até a sala de aula e discutir esse assunto de grande peso de formação social, já que estamos tratando de educação infantil. De acordo com Godoy (1995) na pesquisa qualitativa,

O pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY, 1995, p.21).

Foi realizada uma pesquisa documental utilizando documentos como Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1988), Lei de Diretrizes e Base (1996), Base Nacional Comum Curricular (2018) e por fim Diretrizes Curricular Nacional para Educação Infantil (2013), que nos orientaram na construção de uma pesquisa baseada em leis que asseguram uma educação igualitária. Segundo Gil (2002), “A pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.” (GIL, 2002, p.62-3).

Além da pesquisa documental foi feito também um questionário pelo aplicativo Google Forms envolvendo seis perguntas relacionadas ao tema central da pesquisa, direcionadas a professoras da rede de educação infantil, o questionário foi disponibilizado dia 02/06/2021 e encerrado dia 10/06/2021, obtemos portanto 10 respostas.

Após a verificação das respostas, chegamos a análise dos dados tal como demonstrado abaixo.

3.2 Análise de Dados

O nosso recurso para coletar dados foi a construção de uma entrevista, elaborada com 6 (seis) perguntas discursivas e outras de múltipla escolha sobre práticas pedagógicas promotoras de igualdade étnico racial, realizada com 10 professoras da educação infantil. Na construção da nossa entrevista, procuramos descobrir como essas professoras trabalham as questões da diversidade e de que forma as mesmas trabalham com os alunos sobre esse tema.

Nosso recurso foi aplicado a 10 professoras da educação infantil, elas responderam nossa entrevista através do Google forms, levando em consideração o nosso atual cenário de pandemia, onde não podemos ter contato físico.

Após a coleta de dados realizamos a leitura das respostas de cada professora sendo identificadas por professora 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10. Ao coletarmos os dados chegamos a resposta que entre 10 das professoras entrevistadas 9 tem o conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico Racial. Afirmaram ainda, que as Diretrizes quando aplicadas podem desenvolver de forma positiva o desenvolvimento, a auto estima do aluno e a importância da diversidade. Foi mencionado, também, pelas 10 professoras o quanto é importante o envolvimento da família, sendo ela a peça chave para a construção de cidadãos que respeitem a diversidade e que cresçam adultos sem preconceitos, pois segundo as professoras não adianta nada elas desenvolverem durante o ano letivo inteiro, práticas e projetos promotores de igualdade se a família não contribui para ensinar seus filhos a importância da diversidade e amor ao próximo.

Para compreendermos as experiências de cada professora, levamos em conta o contexto e a realidade vivida por cada uma. Podemos observar que a maioria das professoras entrevistadas acham que a família tem um papel principal na construção do sujeito e que a escola é só um apoio para que o aluno de continuidade com que aprende em casa.

A partir dessa percepção levantou em nosso grupo uma questão muito importante, a família é sim fundamental, porém a escola também é um espaço de construção de sujeito e tem sim uma influência muito forte na formação ética e moral do aluno.

3.2.1 Formação de professores.

No sentido de aperfeiçoar o conhecimento e aprofundamento dos profissionais da escola em relação ao tema de diversidade cultural, existe a Diretriz Curricular Nacional para Educação Infantil que é um documento que orienta a construção do currículo escolar, dentro da organização pedagógica e também a formação de professores que agregam a capacitação de pessoas que tenham graduação em cursos tecnólogos ou bacharelado para lecionarem disciplinas que fazem parte do currículo pedagógico.

Ao serem perguntadas sobre o conhecimento do que se trata a Diretriz Curricular Nacional, de 10 professoras, 9 responderam que conhecem o documento, porém a resposta da professora número 6 obteve relevância ao dizer que: “As diretrizes contribuem mas precisam ser conectadas à formação de professores”. Ela conclui ainda que a Secretaria de Educação de Belo Horizonte possui um Núcleo de Estudos Étnico Racial e que as regionais da prefeitura têm grupos de estudos sobre temáticas étnico raciais.

Um dos núcleos de pesquisas e estudos sobre etnia racial muito importante é o NEAB (Núcleo de pesquisa e estudos afro-brasileiros) sendo o membro fundador do fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial.

O núcleo surgiu em 2009, com o objetivo de realizar atividades amplificadas, pesquisas e ensino sobre relações étnicas raciais na perspectiva de gêneros, incluindo a memória social, história, diversidade, estudos culturais e formação de professores como área de investigação. Participando com integridade em outras comunidades junto com professores e gestores em universidades federais como a UFMG e UEMG com propostas interessantes voltadas para a igualdade racial é foi pela forte influência do NEAB, que o ministério da educação aprovou as leis sobre cotas social e racial.

Porém, não são todas as professoras que concordam com a afirmação de que a Diretriz Curricular Nacional contribui para a redução do racismo no espaço escolar. A professora número 6 afirma que: “ Não houve redução porque às vezes a própria instituição de ensino ou a família restringe o ensino de temáticas como diversidade cultural.” Ao ser perguntada de que forma a comunidade escolar pode ajudar na construção da aprendizagem sobre o tema das relações étnicos raciais, ela sugere: “ A organização de um projeto que envolva toda a comunidade, que promova aprendizado a toda a família da criança.”

Outro fator importante que entra em questão são recursos e materiais que possam ser utilizados para o ensino das relações étnicas raciais. Os livros didáticos que a pouco tempo atrás eram mínimos enquanto acervo literário, a partir do kit “cor da Cultura” trouxe para dentro da escola vários títulos que retratam aspectos culturais de origem africana, indígena, dentre outros. Hoje temos metodologias diversas, que podem ser utilizadas em sala, como livros escritos por autores atuais e que estão por dentro das questões raciais, existem recursos

cinematográficos que podem contribuir para o ensino destes temas. Cabe ao professor como mediador da aprendizagem das crianças se atualizar sobre temáticas transversais e novas metodologias que promovam aprendizado em relação à diversidade cultural.

Incentivando os alunos a destrinchar sobre as relações étnico racial, por meio de recursos cinematográficos, programas educativos como a cor da cultura, um programa audiovisual exibido no canal futura em parceria com a SEPPIR, CIDAN e SENAC por meio do ministério da educação e o ministério da cultura.

O fundador do projeto é Roberto Marinho, que iniciou o programa em 2004 com o intuito de contribuir com a implementação da Lei 10.639/2003, que valoriza a inserção do ensino da história e da cultura afro-brasileiras no currículo escolar. o programa também tem matérias de estudos didáticos com instituições parceiras, tendo como público alvo a educação infantil e fundamental.

3.2.2 Práticas pedagógicas.

Ao abordar esse teor, sobre quais práticas pedagógicas são desenvolvidas nas escolas, para que haja a ampliação do conhecimento sobre as relações étnico-racial, quatro pedagogas responderam que trabalham o assunto com rodas de conversa, debates, e contação de histórias. As demais disseram que trabalham com inclusão e igualdade, visando o respeito entre todos.

Apenas a pedagoga 6 parecia estar mais imersa nas práticas. A pedagoga 6 diz que: "Com convites de formadores da área, acervo literário com temáticas indígenas e africanas, semanas de atividades do tema, e projetos pedagógicos sobre diversidade."

Em outro ponto, houve um questionamento sobre a escola ser um dos primeiros lugares institucionalizados em que a criança tem acesso, e por isso como o corpo docente trabalha para tornar esse ambiente, um espaço igualitário, onde a criança tenha a oportunidade de aprender a conviver e respeitar o outro. Duas pedagogas foram bem enfáticas ao lembrarem que a família vem antes mesmo da escola, e que é daí onde começa o ensino para um ambiente igualitário e respeitador. A pedagoga 4 afirma: Não, no convívio familiar, antes de

ser inserido na escola a criança já tem um convívio em sociedade. A escola é outra vivência que às vezes tem que trabalhar a igualdade e respeito que já vem de outros convívios. A escola deve mostrar à criança o quão importante ela é, ter um espaço acolhedor e que tente ao máximo chegar a sua realidade, estimulando e valorizando suas experiências vividas fora da escola.

A pedagoga 5 diz: Não, a família é o primeiro lugar onde a criança irá se identificar com o seu eu. A escola faz o papel de estimular o crescimento através da auto estima, com um ambiente acolhedor onde a criança tenha a segurança de relatar as suas inseguranças e medos.

Por outro lado a Pedagoga 6, relata sua forma de trabalhar com os alunos, de um modo mais neutro, visando a igualdade como formas de escolha dos alunos e imposição de suas opiniões, quando diz que: Nas minhas turmas eu instituo assembleias para tomada de decisões, simples ou complexas. Começo com as crianças bem pequenas (3 anos) com decisões simples sobre a rotina escolar, brincadeira. Com o tempo estendo para todas as tomadas de decisão. Todos opinam, retiro as sugestões, e meu voto vale o mesmo que o de todos. Percebo uma postura cada vez mais democrática entre meus estudantes, melhora na oralidade e argumentação, respeito às opiniões alheias, diálogo sincero e acolhimento das decisões coletivas.

3.2.3 Currículo por prática comemorativa.

Quando se pensa em currículo para a Educação Infantil, além da Base Nacional Comum Curricular, também temos como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais, que esclarecem que o currículo consiste no “[...] conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.” (BRASIL, 2010, p.12). Sendo assim o currículo para a Educação Infantil deve levar em consideração a criança como sujeito único e também sua subjetividade, vivências e experiências de acordo com seu cotidiano.

Porém existem propostas dentro do currículo que são colocadas sem nenhum objetivo a se alcançar ou sem explicações significativas sobre o que se trata que são, por exemplo, as datas comemorativas, como dia da mulher, dia do índio, dia da consciência negra, dentre outros,

todas estas datas possuem uma carga histórica que deveria ter mais relevância dentro dos conteúdos ministrados.

Em nossa pesquisa qualitativa, às professoras foi direcionada a pergunta: Quais práticas pedagógicas o corpo docente propôs para tornar esse espaço um ambiente igualitário? A professora número 1 respondeu: “Trabalhar o tema não só no dia referente à data comemorativa e sim ao longo do semestre.” O que nos leva a refletir que ainda hoje, esse tema não é dado à devida importância ao longo do ano letivo.

Uma prática pedagógica antirracista não deve estar centrada somente em discursos dentro da sala de aula ou mesmo ser trabalhada somente próximo ao dia da consciência negra ou outras datas comemorativas. Este tema precisa ser trabalhado de forma transversal e envolver toda a comunidade escolar.

A perspectiva transversal dentro do contexto educacional traz como temas, assuntos socialmente relevantes, que tem o intuito de formar em seus alunos pensamento crítico e reflexivo a respeito de temáticas atemporais, por exemplo, saúde, ética, trabalho e consumo, orientação sexual, meio ambiente e pluralidade cultural ou como chamamos atualmente o multiculturalismo.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer Nº 7, de 7 de abril de 2010:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

A transversalidade vem com o intuito de que temas como a diversidade cultural sejam trabalhados independentemente de área de conhecimento específica, mas que estejam incluídos dentro do currículo e planejamento de aula dos professores, assim como a sugestão de projetos ao longo do ano letivo, obtendo assim sua devida importância na educação formal dos alunos.

A professora de número 6 afirma que para o envolvimento da comunidade escolar: “Acredito que os debates que fazemos com as crianças na escola precisam ser ampliados para as famílias. Não considero crianças pequenas racistas, essas atitudes são ecos dos valores familiares. A escola precisa abrir estes espaços, com artistas da cultura africana e indígena, debates e palestras sobre respeito às diferenças para toda comunidade, a luta antirracismo passa pela educação de toda sociedade. Acredito também que os colegiados escolares das escolas públicas seriam um bom espaço de formação e exercício democrático.”

Sendo assim, obtemos a ideia de que a temática étnica racial precisa ser trabalhada por meio de projetos ao longo de todo o semestre escolar, utilizando recursos que auxiliem na ministração de conteúdos relacionados. É importante que, tais projetos e atividades envolvem toda a comunidade escolar que é formada, por pais, alunos, professores e demais funcionários da escola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como proposição, o entendimento sobre como as práticas pedagógicas na educação infantil podem promover a igualdade racial e abordando a importância do professor nesse contexto se fez presente neste trabalho, contemplando a diversidade como valor e conceituando a etnia, a igualdade, o papel do professor e as práticas pedagógicas nas escolas através da bncc.

A escola oferece um espaço de interações. Nas rodas de conversa, atividades diárias, brincadeiras, jogos, e diálogos aprendemos e ensinamos sobre leis, preconceitos raciais, conceitos estereotipados, discriminações. O reconhecimento e a valorização à diversidade fazem diferença na construção de uma sociedade com igualdade racial.

Entendemos que as práticas pedagógicas são um início da caminhada, que desvendará novos caminhos para o enfrentamento das desigualdades raciais que aos poucos vão sendo incorporadas ao cotidiano de cada criança. A motivação para a escolha do tema é a grande necessidade de modificar a sociedade em lugar para todas as pessoas de diferentes etnias.

Portanto, concluímos que nas escolas temos a obrigação de ajudar a afeiçoar mentes, formando assim cidadãos conscientes e promovendo o bem, que respeitarão a diferenças do outro sem questionamentos, preconceitos de qualquer etnia ou discordâncias, tornando a

sociedade em um lugar melhor e acolhedor para todos, com pessoas compreensivas e tolerantes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ABRAMOWICZ, Anete; DUARTE, Carolina de Paula Teles; TRINIDAD, Cristina Teodoro; ARAUJO, Débora Oyayomi Cristina de; OLIVEIRA, Fabiana de; ROSEMBERG, Fúlvia; JÚNIOR, Silva Hélio; DIAS, Lucimar Rosa; BENTO, Maria Aparecida Silva; SILVEIRA, Marly; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; CARVALHO, Silvia Pereira de. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: CEERT, 2012

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares**. In: Fleuri, Reinaldo Matias. (Org.). *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

BARTH, FREDRIK. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BARBOSA, Lucia Maria de Assunção. **Relações étnico-raciais em contexto escolar: fundamentos, representações e ações** / organizadora: Lucia Maria de Assunção Barbosa. -- São Camérlirlos : EdUFSCar, 2011b.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: Aspectos políticos, jurídicos e conceituais*. São Paulo: **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT**, p. 98-114, 2012.

BOCCATO, Maique . V.R.CA. Metodologia de pesquisa científica na área de odontologia e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev Odontol.Univ. Cidade de São Paulo*, São Paulo, v.18,n.3p. 265-264, 2006.

BONI, Valdete. QUARESMA, Jurema. Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista PPGSP, UFSC. Brasil**, ISSN 1806-5023.

BRASIL. CNE/CEB **Parecer N° 11, de 7 de outubro de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, seção 1, p. 28. Disponível em: . Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, MEC/SECADI, 2018.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para educação infantil/** Ministério da educação e do desporto de educação fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SECADI, 2001, 2004, 2009, 2013.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003. **Requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.** Diário Oficial da União, n. 219, seção 1, p. 12, 11 nov. 2003.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. Educação escolar e cultura(s) construindo caminhos. **Revista de educação, n.23 p, 156-168, maio/ago.2003.**

CGRID (Coordenadoria de Gênero, Relações Étnico - Raciais, Inclusão e Diversidades) CEFET MG. Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros- NEAB,2017. <https://www.diversidades.cefetmg.br/apresentacao-neab/>

ESPIN, Luciene Amor. A importância de trabalhar as questões raciais na educação infantil. São Paulo: **Revista Ceert, 2006.**

FRANCO, Maria Ana do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** vol.97 no.247 Brasília set./dez. 2016

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. 4ª ed.** São Paulo: Atlas, 2002 p.62 e 63.

GODOY, Arilda Schmidt, **Pesquisa Qualitativa tipos fundamentais.** Revista de Administração de empresas, São Paulo, v. 35, n.3, 20-29 Mai./Jun. 1995.

KRAMER, Sonia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce.** Rio de Janeiro: 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica. 5. ed.** São Paulo: Atlas, 2003.

Lei Nº 10639, de 09 de Janeiro de 2003. **Diretrizes e bases da educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.** Diário oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, jan.2003.

MACHADO, Emerson. Qual a diferença entre raça e etnia? - **site: Diferença.com. Porto: Portugal, entre 2017 e 2020.**

Ministério da Saúde. Raça e etnias: ADOLESCENTES E JOVENS PARA A EDUCAÇÃO ENTRE PARES. Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília: [ministério da saúde], 2010.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN, Goiânia: ABPN, v. 4, n. 8, p. 6-14, jul./out. 2012.**

NORVEZ, Alain. (1990). **De la naissance à l'école: santé, modes de garde et préscolarité dans la France contemporaine.** Paris: PUF.

SANT'ANA, Antônio. Olímpio. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola. 2. ed.** Brasília: MEC-SECAD, 2005. p. 39-67.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antonio Gilli & DIAS, Adelaide Alves. **Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos** - versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPR,2007.